



J. Rosa Nunes
Prof. Doutor

Será o fim?

“Espero que o governo regional, como responsável último pelo fecho da negócio, nos permita saber por exemplo entre outras “coisas”, o que vai suceder às possíveis reivindicações do consórcio Newtour quanto a “quem assumirá o mais que provável défice do corrente ano” e/ou “o valor da atual dívida a fornecedores” e/ou “os tais 30 milhões, de que já se fala, para dar um “empurrãozinho” na tesouraria da empresa”. “

O processo democrático regional açoriano teve o seu início durante o ano de 1974, com a decisão legislativa dos responsáveis da República para a criação no arquipélago da denominada Junta Geral ou também identificada como Junta Governativa dos Açores.

Pretendia-se que a Junta Governativa exercesse a administração política e civil do espaço insular no denominado período de transição democrática, preparando o início do processo autonómico regional. A ação política e administrativa desta entidade governativa teve o seu final em 1975.

A partir de 1976 a Região passou a ser governada politicamente por uma entidade, identificada como Governo Regional dos Açores, sendo de admitir ter a Junta Governativa conseguido preparar o “caminho” para a autonomia em pouco mais de um ano ou pelo menos feito o seu melhor para tal. Na minha opinião assumo que não se concretizaram os objetivos, talvez por inexperiência e/ou falta de meios adequados, não sendo isto no entanto a justificação para a qualidade político e administrativa de tudo o que posteriormente e até hoje foi realizado pelos diversos governos regionais.

No total e até chegarmos ao XIV governo regional – o atualmente em funções – passou-se mais de meio século e isto é muitíssimo tempo para, ao sermos governados por vários partidos e numerosos governantes, estarmos neste momento no confrangedor nível de desenvolvimento social e económico em que nos encontramos. Deveríamos, sem dúvida, estar muito melhor quanto mais não fosse pelo tempo que passou!

Não sendo consequentemente uma questão de tempo, será que resultou da má qualidade da grande maioria de quem nos governou, nomeadamente por ausência de qualificações/conhecimentos no âmbito político?

Resumidamente, no total dos anos de governação regional cerca de 27 anos foram da responsabilidade do partido social democrata, sendo sensivelmente os últimos 6 da responsabilidade de uma coligação que incluí os partidos CDS e PM, os quais simplesmente apanharam a boleia no carro vassoura do PSD, senão nunca teriam chegado a fazer parte de qualquer elenco governativo, porque o povo, considerando-os isoladamente, não lhes reconhece qualidades para tal; por seu turno o partido socialista desempenhou a sua governação durante 24 anos.

Independente de “mais ou menos decisões políticas que foram mal tomadas” por qualquer dos partidos, com implicações na vida da altura e futura dos residentes no arquipélago, todos necessariamente tomaram decisões, devendo-se assumir que algumas delas poderão se considerar “positivas”. Interessante seria determinar, para cada partido político governante, se o saldo destas decisões foi positivo ou negativo.

Interessante sem dúvida, quanto a mim, é o facto de qualquer dos principais partidos políticos regionais afirmarem à “boca cheia e repetidamente” que o governo e governantes que substituíram “governaram mal ou muito mal” e/ou que a “culpa da atual situação é do passado” e/ou “não conseguiram fazer mais porque...”.

Seria ótimo se os governantes, no período que assumem a governação, “olhassem para o que têm de fazer”, “verificassem das suas aptidões para governar/decidir sobre a vida futura de cada um de nós” e que assumissem que o facto de estarem inscritos num determinado partido, na verdade, não lhes atribui as qualidades necessárias e suficientes para nos governarem.

A Região dos Açores, resultado da qualidade de governação que teve durante os últimos anos, vai estar sujeita a enormes dificuldades sociais e económicas, que se perpetuarão durante anos e se refletiram(rão) na vida atual e futura de cada um de nós e principalmente dos nossos descendentes.

Nunca durante os períodos de governação, após terem tomado as suas decisões/opções políticas, os políticos foram responsabilizados pelo seu desempenho individualmente ou em grupo.

Apenas nos atos eleitorais tal responsabilidade pode ser atribuída, sendo que bastas vezes tal não resulta porque o incumbente consegue atribuir – por iniciativa própria – decisões e/ou concretizações de investimentos que muitas das vezes não se concretizaram. Ou mesmo aproveitam descaradamente os meses anteriores aos atos eleitorais para anunciarem obras ou inaugurar algumas, mesmo que seja um fontanário já existente e apenas melhorado. Trata-se da vangloria dos nossos políticos.

Os “sofredores diretamente atingidos” por estas atitudes propagandistas – seja através de comícios, contatos porta a porta ou pela comunicação social, principalmente a televisiva – acabam por perder a noção da realidade e deixam-se “levar” pelas repetidas promessas, as quais originam cansaço e desapego. Teremos de admitir ser esta a realidade nacional e regional e só não vê tal quem não quer ou não pode, nomeadamente pela existência de qualquer tipo de dependência.

Tudo isto vem a propósito da atual situação económica e financeira que resulta da atuação de um governo regional que para além de se ir sucessivamente “degradando numa governação com resultados pouquíssimo positivos”, em consequência das suas decisões ou ausência das mesmas, e que vai comprometendo a vida de todos nós, como referi anteriormente.

No dia em que escrevo tomei conhecimento, no que respeita às negociações para a privatização da Azores Airlines, que o consórcio que pretende adquirir a companhia aérea finalmente obteve a anuência de dois sindicatos – os que representam os pilotos da aviação civil e do pessoal de voo – o que, na minha opinião, aparentemente criou as condições para no próximo dia 24 ser apresentado o documento final pelo consórcio, para assinatura das partes e a “pobre” empresa pública, qual fénix “voar” para o setor privado, antes de entrar em auto combustão e ressurgir das próprias cinzas.

Quanto a mim esta negociação, mesmo após os resultados das conversações com os trabalhadores da empresa, ainda não atingiu o seu fim!

Espero que o governo regional, como responsável último pelo fecho da negócio, nos permita saber por exemplo entre outras “coisas”, o que vai suceder às possíveis reivindicações do consórcio Newtour quanto a “quem assumirá o mais que provável défice do corrente ano” e/ou “o valor da atual dívida a fornecedores” e/ou “os tais 30 milhões, de que já se fala, para dar um “empurrãozinho” na tesouraria da empresa”. Tudo isto para além das dívidas às instituições bancárias que existirão à data do fecho das contas da atividade empresarial e que atingem um valor muito significativo.

Depois de ter conhecimento o que o Ministério Público decidiu, esta semana que passou, relativamente ao antigo processo da privatização da TAP (em 2015, durante o governo de Passos Coelho, com o PSD/CDS-PP) e a mais que positiva ação do Tribunal de Contas nos Açores – analisando os negócios e contabilidade das empresas públicas e relação com o governo regional, produzindo relatórios de uma enorme qualidade e oportunidade – o mais que é possível assumir reflete-se no seguinte: “Sinceramente fico descansado e expetante para conhecer/ler o conteúdo de um ou mais prováveis relatórios sobre a empresa Azores Airlines, nomeadamente sobre o resultado deste negócio e suas consequências para a Região”.

É que este negócio, na sua grande parte, ainda está no “segredo dos deuses da política regional” e sinceramente seremos nós e descendentes quem irá pagar as consequências do mesmo.